



## JUDICIÁRIO

# PGR quer caçada e prisão de Zambelli

Deputada deixa o país após ser condenada pelo STF a 10 anos de prisão, e Procuradoria pede a inclusão do nome dela na lista da Interpol. Parlamentar está nos EUA e diz que irá para Roma, onde será "intocável" pela Justiça brasileira

» DANANDRA ROCHA  
» MAIARA MARINHO

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a prisão preventiva da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) e a inclusão do nome dela na lista de procurados da Interpol. O pedido foi encaminhado ao ministro Alexandre de Moraes após a parlamentar informar publicamente que deixou o Brasil e está nos Estados Unidos, com planos de seguir para a Europa.

No pedido enviado ao STF, a PGR destaca que a medida não se trata de antecipação do cumprimento da pena, mas de uma prisão cautelar "com o fim de assegurar a devida aplicação da lei penal". No mês passado, Zambelli foi **condenada** pela Corte a 10 anos de prisão, perda do mandato e pagamento de R\$ 2 milhões por danos coletivos. O processo envolve a invasão ao sistema eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O advogado de defesa da deputada, Daniel Bialski, ao saber da informação, deixou o caso. Ele alegou que foi comunicado por Zambelli de que estaria fora do país. "Por motivo de foro íntimo, estou deixando a defesa da deputada", declarou.

Zambelli afirmou, em entrevistas, ontem, que viajou aos Estados Unidos para realizar um tratamento de saúde e que pretende seguir depois para a Itália — ela tem passaporte do país europeu. "Eles vão tentar me prender na Itália, mas eu não temo, por que sou cidadã italiana e lá eu sou intocável, a não ser que a justiça italiana me prenda", desafiou, em entrevista à CNN Brasil. "Se tenho passaporte italiano, eles podem colocar a Interpol atrás de mim, mas não me tiram da Itália. Não há o que possam fazer para me extraditar de um país que eu sou cidadã."

Apesar de a parlamentar ter cidadania italiana, o Brasil mantém acordo de cooperação jurídica em matéria penal com a Itália. Por esse motivo, caso o STF aceite o pedido da PGR, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) deverá contatar as autoridades estrangeiras para, conforme o acordo entre os países e a legislação italiana, solicitar o cumprimento da decisão na Itália.



**Eles vão tentar me prender na Itália, mas eu não temo, porque sou cidadã italiana e lá eu sou intocável, a não ser que a Justiça italiana me prenda"**

**Carla Zambelli (PL-SP), deputada**

### Alegação de doenças

Após ser condenada pelo STF, em maio, Zambelli disse, em entrevista coletiva, que "não sobreviveria na cadeia". Relatou ser portadora de enfermidades como síndrome Ehlers-Danlos, que afeta o tecido conjuntivo; síndrome hipercinética postural ortostática, que prejudica o coração; e depressão.

### Atuação nos EUA

O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) foi para os Estados Unidos sob a alegação de tentar influenciar o governo de Donald Trump a impor sanções contra autoridades brasileiras. A iniciativa dele tem gerado repercussão, e o parlamentar tornou-se alvo de um inquérito da Polícia Federal.

A deputada informou a intenção de se licenciar do cargo. "Tem essa possibilidade na Constituição. Acho que as pessoas já conhecem um pouco mais isso hoje em dia, porque foi o que o Eduardo (Bolsonaro) fez também. Ele pediu uma licença não remunerada, então, eu passo a não receber mais salário, e o gabinete vai ser ocupado pelo meu suplente", frisou ao canal YouTube AuriVerde Brasil.

Ela acrescentou: "Gostaria de deixar bem claro que não é um abandono do país, não vou desistir da minha luta, muito pelo contrário, é resistir, poder continuar falando o que eu quero falar, voltar ser a Carla que eu era antes das amarras que essa ditadura nos impôs".

Lula Marques/EBC



Zambelli disse que seguirá para Roma ainda nesta semana: "Podem colocar a Interpol atrás de mim, mas não me tiram da Itália"

## Processos na Justiça

### Ataque hacker

» A deputada Carla Zambelli (PL-SP) foi condenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a dez anos de prisão e perda do mandato. A condenação foi unânime pelo ataque hacker ao sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), coordenado pela deputada e executado pelo hacker Walter Delgatti Neto, segundo as investigações.

» A invasão ao CNJ resultou em um pedido de prisão falso para o ministro Alexandre de Moraes, emitido no nome do próprio magistrado.

» No curso normal do processo, a deputada pode apresentar embargos e adiar o andamento do caso, mesmo que sem a possibilidade de reverter a condenação. E cabe aos

deputados aprovar ou não a cassação de seu mandato.

### Arma em punho

» Em março deste ano, o STF formou maioria para condenar Zambelli por porte ilegal de arma e constrangimento ilegal com uso de arma de fogo. O caso envolve um episódio ocorrido na véspera do segundo turno das eleições de 2022, quando a deputada perseguiu um homem no bairro Jardins, em São Paulo, empunhando uma arma.

» Após quatro votos favoráveis à condenação, o julgamento foi suspenso por um pedido de vista do ministro Kassio Nunes Marques, mas Dias Toffoli — assim como fez Cristiano Zanin — antecipou o voto e adiantou a formação da maioria na Corte. Além dos cinco anos e três

meses de prisão, a condenação pode resultar na perda do mandato da deputada federal.

» Apesar de a maioria estar formada, o julgamento ainda não foi encerrado e a execução penal não será imediata. Mesmo após o encerramento do julgamento, cabem recursos à sentença proferida.

### Cassação pelo TRE-SP

» Em janeiro deste ano, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) cassou o diploma de Zambelli por uso indevido dos meios de comunicação e prática de abuso de poder político. Ela está inelegível por oito anos a partir das eleições de 2022.

» O processo foi apresentado pela deputada federal Sâmia Bonfim (PSOL-SP). Sâmia

argumentou em sua acusação que Zambelli divulgou informações inverídicas sobre o processo eleitoral de 2022.

### Milícias digitais

» A deputada também responde ao inquérito das milícias digitais, em andamento no STF e que investiga a existência de uma organização criminosa com o objetivo de disseminar notícias falsas e atacar as instituições democráticas.

### Fake news

» Zambelli também responde ao inquérito das fake news, também no STF, que apura investiga a propagação de notícias falsas, calúnias e campanhas difamatórias contra os ministros dos tribunais superiores, além de ataques às instituições democráticas.

Reprodução/Redes Sociais



Zambelli perseguiu e ameaçou homem na véspera do 2º turno de 2022

## Clã Bolsonaro silencia sobre deputada

» ISRAEL MEDEIROS

A notícia da saída da deputada Carla Zambelli do Brasil movimentou as redes de governistas, que acusaram a parlamentar de fugir do país para evitar a prisão. O clã Bolsonaro, no entanto, manteve silêncio.

Zambelli, que acumula mais de 6 milhões de seguidores nas redes sociais — e é uma das principais disseminadoras da propaganda da direita — foi aliada de primeira ordem do governo Bolsonaro e um dos principais nomes do campo conservador no Congresso nos últimos anos. Reelegeu-se em 2022 com 946.244 votos, número 12 vezes maior que em 2018, quando entrou na Câmara na

primeira onda bolsonarista.

O ex-presidente Jair Bolsonaro estava rompido com a deputada desde que ela perseguiu um homem negro com arma em punho pelas ruas de São Paulo na véspera do segundo turno de 2022. O ex-chefe do Executivo acredita que foi a repercussão do caso dela que lhe tirou a eleição daquele ano.

Para além do clã Bolsonaro, a deputada recebeu apoio de colegas da Câmara e do líder do PL na Casa, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ). "Minha total e irrestrita solidariedade à decisão da deputada Carla Zambelli. A mulher mais votada do Brasil na última eleição foi forçada a deixar o país — não por crime, mas por opinião. Mais uma vez vemos o Judiciário

ultrapassar os limites constitucionais para perseguir parlamentares conservadores. (...) Quando a voz da maioria é silenciada por decisões de poucos, não estamos mais em uma democracia, estamos em estado de exceção", disse o líder do PL.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), disse que a decisão de Zambelli expõe um modus operandi da direita, que ataca a democracia, mas foge do país quando tem de enfrentar as consequências legais — uma referência à saída do Brasil do também deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), em março.

"A fuga da ex-deputada Carla Zambelli, para a Europa, em razão da sua condenação, pela Justiça, a 10 anos de prisão,

pelos crimes que cometeu, expõe a verdadeira face da extrema direita: a postura de inimiga da democracia como ideologia e a violência e a fuga como método", frisou.

O deputado Guilherme Boulos (PSol-SP) ressaltou que o patriotismo de Zambelli é de "aeroporto". "Patriotismo de aeroporto: berra 'Brasil acima de tudo' e foge na primeira conexão. Zambelli foi a última a fugir da cadeia para conspirar contra o Brasil lá fora, mas não é diferente do Banninha e outros da mesma estirpe. A covardia também é método", afirmou.

Já o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), líder do PT na Casa, pediu à PGR a prisão preventiva de Zambelli.